

Tolerância religiosa em Voltaire

Ana Lima Cecilio (Bolsista FAPESP DF/USP/SP)

Orientador: Renato Janine Ribeiro

“Ele foi nada menos que uma revolução encarnada em um ser humano e, mais do que um século, foi a expressão dos três séculos anteriores, seu resultado, sua conseqüência mais radical... Presta bem atenção... Não percebes, no fundo do século XVIII, essa torrente que se arrasta em nossa direção? Como cresce! Como se adensa!... Uma torrente? Engano meu, é um turbilhão de luz e calor; ele se faz homem, é Voltaire! Todo o movimento da multidão em um só homem! É um momento único na história; não há nada igual, nem antes nem depois.” (Jules Michelet, Journal. 28.08.1844)

A personificação do século XVIII na figura de Voltaire parece pertinente, ao enquadrarmos o que poderíamos chamar de “paradoxo da razão” não apenas nas suas obras, mas ainda nas suas ações – ambas tão dificilmente discerníveis. Partimos do reconhecimento de duas faces do estatuto da razão no século das Luzes, duas faces que estarão presentes também no pensamento do autor. Ainda podemos pensar que Voltaire toma para si os anseios de sua época, representando, por vezes, seus avanços e, por outras, seus vícios. Vejamos, em linhas muito gerais, como se deu o movimento iluminista e pensemos em Voltaire como um de seus representantes mais imediatos.

O pensamento europeu conheceu, a partir do Renascimento, uma certa liberdade de pensamento que se expandiu, progressivamente, no correr dos séculos seguintes. O valor e o poder da razão cresciam proporcionalmente a essa liberdade e uma necessidade de investigação racional acompanhava esse processo. Pensando numa perspectiva histórica, não é difícil conceber que esses séculos de “abertura de pensamento” fazem uma leitura do passado – principalmente da Idade Média – como um longo período de trevas, no qual o avanço do conhecimento foi emperrado pela falta de liberdade de pensamento, a que se contrapõe, no século XVIII, uma idéia de progresso dos saberes, das ciências, enfim, da humanidade. É importante lembrar que essa visão perspectivista da história levou o século XVIII – e com ele Voltaire – a um desmerecimento da Idade Média como um todo, encobrendo uma área importante do conhecimento que se desenvolveu lá. Erro de Voltaire e dos pensadores iluministas? Talvez. Mas o fato é que foi mesmo a partir desse detrimen- to do pensamento medieval que se pôde operar uma leitura crítica dos dogmas cristãos; que se tornou possível a verificação cronológica da Bíblia e uma desmitificação de um poder divino do qual a Igreja foi, por tantos séculos, portadora.

Mas o século das Luzes – e também Voltaire – reconheceu seus limites. Há o reconhecimento de questões que extravasam o campo racional e a convicção de que até mesmo um procedimento rigoroso de cálculo, sem que se desviem as

atenções, não basta para decidir os permanentes conflitos metafísicos. Talvez seja essa a reação ao século XVII, que a partir do espírito cartesiano passou a pensar a filosofia como a construção de sistemas que abarcassem a totalidade do mundo com todos os problemas metafísicos que dele provêm.

No entanto, apesar de contaminado por esse espírito de esclarecimento, o autor se embate muitas vezes com a insuficiência da razão humana, adotando uma postura de “modéstia racional” frente a tudo o que não pode ser estabelecido e confirmado pelo “archote da experiência e da física”: *“Enganarmo-nos em nossos empreendimentos/ é coisa a que estamos sujeitos/ Pela manhã faço projetos/ e tolices o dia inteiro.”*¹

Temos esboçado agora o que chamamos de “paradoxo da razão”: por um lado a aposta indefinida em um avanço racional do conhecimento e uma tentativa, ainda, de sua aplicação no mundo, e, por outro, a relativização dos costumes e a renúncia à construção de grandes sistemas totalizantes, tudo isso vem estabelecer o lugar do qual esses pensadores do XVIII escrevem, marcando os limites dessa especulação racional.

Vemos, então, os elementos dos séculos XVII e XVIII nos quais Voltaire vai se embeber para formar um pensamento – não uma teoria fechada, dirigida estritamente a um público limitado, mas um pensamento vivo, que se derrama sobre grande parte da população francesa – constituindo desse modo uma das mais relevantes atitudes em favor da tolerância, da convivência universal pacífica, da aceitação do outro e contra o absolutismo, o dogmatismo, a idolatria e o fanatismo.

É com esse espírito, talvez melhor dizendo, com esses espíritos, que surge para Voltaire a questão da tolerância religiosa. E também ela se constituirá arrebatando-se por cima desses dois opostos: de um lado é preciso tolerância para que pequenas querelas religiosas não emperrem a máquina do progresso, já que se buscou demonstrar que a intolerância não foi nunca perigosa para os Estados nos quais ela se instalou; de outro, é preciso que nos toleremos uns aos outros pela fraqueza de nossa razão, pela nossa insuficiência na busca da Verdade. E podemos pensar, a partir daí, duas formas de tolerância, ambas se completando, apesar de constituídas por opostos, e presentes na obra voltairiana.

A primeira é uma tolerância “ilustrada” que se desenha como um eco indireto das navegações a partir do século XVI, que trouxeram o exemplo de outras culturas para os povos europeus, mostrando a particularidade da visão de mundo ocidental e apontando para outra infinidade de visões que devem ser consideradas tolerância esta que surge com a abertura do mundo ao desconhecido, ao inimaginado. Tolerância que trará sempre valores positivos para o pensamento, por admitir novas formas de organização da sociedade, novas configurações de mundo.

Notamos nas obras de Voltaire, e principalmente nos contos, uma preocupação em retratar essas outras culturas apontando-lhes os mesmos vícios, a mesma tendência em não se aceitar outras propostas de visões de mundo, mas, ainda assim, propondo um certo *encontro* entre todas, fruto quiçá da racionalidade própria dos homens e relativizado unicamente pela diferença dos costumes que variam de continente para continente da mesma forma que o culto a Deus há em toda parte, mas relativizado de acordo com as diferentes culturas. Lembremos, assim, um episódio do conto *“Zadig ou o destino”* história oriental”, no qual a personagem

principal participa de uma ceia após o comércio que se dá em Baçorá “a que deviam comparecer os maiores negociantes do mundo habitável”, e em que Zadig sentia “um conforto espiritual em ver congregados no mesmo local tantos homens das mais diversas regiões.” O conforto de Zadig, no entanto, dura pouco. Basta que se comece a discutir religiões para que se instaure completa desordem entre os participantes da ceia: um egípcio, um gangárida, um chinês, um grego, um celta, e vários outros estrangeiros.² Após muitos desentendimentos, finalmente, Zadig intervém: “*lam meus caros amigos brigar por coisa nenhuma, pois são todos da mesma opinião. (A estas palavras, levantou-se um protesto geral.) Não é verdade disse ao celta que o senhor não adora a esse agárico, mas àquele que fez o agárico e o orvalho? (...) E o senhor – disse ao egípcio não venera, sob a aparência de certo boi, àquele que nos deu os bois? (...) O peixe de Oanes ao Caldeu - deve ceder ante aquele que fez o mar e os peixes (...). O natural da Índia e o de Catai reconhecem, como os senhores, um primeiro princípio; não compreendo lá muito bem as coisas admiráveis que disse o grego, mas estou certo que ele também admite um Ser Superior, de que dependem forma e matéria (...). Todos são, pois, da mesma opinião e não há motivos para disputas*”.³

A partir desse conceito de tolerância, que com a pluralidade do novo mundo torna-se vital para o processo do conhecimento, Voltaire passa a pregar um certo cosmopolitismo⁴, que, alimentado, fará os europeus abrirem os olhos para a contribuição das outras culturas, muito distantes, mas extremamente enriquecedoras. A utilização dos cenários orientais nos contos, tais quais as “Cartas Persas” de Montesquieu, é instrumento para tratar da visão do mundo muito própria dos europeus, fazendo que se opere um transporte dos problemas que são típicos de uma cultura para outros lugares e nos deparemos, da mesma forma, com obstáculos e soluções. É a Europa vista pelos olhos orientais. O que nos demonstra um certo universalismo das nossas virtudes e das nossas fraquezas, constituindo uma noção de relatividade que deve ser consolidada e defendida para uma expansão não apenas territorial, mas racional do pensamento no século XVIII.

Parece relevante aqui fazer uma distinção entre as principais obras de Voltaire que tratam da questão da tolerância, sobretudo o *Tratado sobre a tolerância* e o verbete “Tolerância” do *Dicionário Filosófico*.

É importante entender que o conceito mesmo de filosofia no século XVIII era fortemente vinculado a uma idéia de ação, de atuação desses pensadores, desses pensamentos na sociedade. Desprezou-se uma idéia de filosofia fechada em gabinetes, sem nenhum efeito no mundo, na melhoria de vida, no progresso do pensamento “*de Tales a Espinosa nenhum filósofo mudou sequer o pensamento do bar da rua em que morava*”⁵ Assim, o pensamento voltairiano, e a análise de suas obras é inseparável do contexto a partir do qual escreve, inseparável da consideração da meta a ser atingida por aquele escrito que se lança ao público, que pode, muitas vezes, nos fazer entender as diferenças de ênfase na análise das questões mais freqüentes dos seus textos.

O contexto da produção do *Tratado* foi justamente o maior empreendimento de Voltaire em favor da Tolerância e contra o fanatismo. Jean Calas fora condenado e executado sem que, nem por um momento, sob tortura, confessasse seu “crime” Era preciso agir. Era preciso determinação em se mostrar a toda Europa o absurdo

a que a sociedade foi levada pelo fanatismo de uma multidão idólatra. Era preciso pintar esse *“assassínio cometido pelo gládio da justiça”* com as cores mais bárbaras possíveis para que sirva como exemplo e mostre os excessos da religião.⁶

Assim, nessa obra a tolerância é posta não apenas como consequência dessa razão humana errônea e que deve tolerar-se mutuamente, mas principalmente, como o apanágio da humanidade, como um valor racional que se conquistou a partir de todos os progressos do espírito humano após um período de sombras onde se queimavam homens como bruxas nas fogueiras. E tal avanço não pode ser desprezado, não pode ser simplesmente ignorado num século que se desenha como um dos maiores períodos da humanidade. *“O quarto século⁷ é o que nomeamos o século de Luís XIV, e é talvez, dos quatro, o que mais se aproxima da perfeição. Enriquecido pelas descobertas dos três outros, ele fez mais, de certo modo, que os três juntos”*⁸ Daí o tratamento da tolerância não como simples reconhecimento da fraqueza humana mas como condição necessária de convivência racional, de expansão dos conhecimentos nesse grande século: *“a humanidade o exige, a razão o aconselha e a política não se pode assustar com isso”*.⁹

Mas, como vimos, não é apenas pelo otimismo racional que a tolerância se impõe como necessária na produção de novos pensamentos e na ação em sociedade, e podemos pensar a partir daqui, um outro sentido que esse conceito adquire nas obras de Voltaire. Há, conjugada a esse otimismo, permeando toda a obra de Voltaire – e trabalharemos aqui com o *Dicionário* – uma necessária aceitação de nossa fraqueza, de nossa inconstância e dos problemas todos do nosso raciocínio limitado. E a aceitação de outras pretensas verdades, de outras tentativas de explicação do mundo, que se desenham de maneira tão fraca e incerta quanto a nossa, é o que pede Voltaire. E essa aceitação é ato não apenas de benevolência no conhecimento do desconhecido, mas de prudência racional, pois constitui um dos postulados essenciais para esse novo pensamento que se delineia no século das luzes: o anti-dogmatismo, o exame profundo de todas as verdades postas. *“O que é a tolerância? É o apanágio da humanidade. Somos todos cheios de fraquezas e de erros; perdoemo-nos reciprocamente nossas tolices, tal é a primeira lei de natureza.”*¹⁰

A questão da tolerância aparece, pois, como uma necessidade intrínseca ao ser humano, como uma lei natural, adquirindo um valor que não é atribuído pelos parlamentos, ou pelo rei, mas é componente do direito natural de todos os homens, que se submetem à elas na tentativa de construir um mundo mais sábio e, portanto, mais feliz. Se não podemos chegar a um acordo quanto a uma verdade universal e inquestionável, como na matemática, sejamos capazes de abrir o espaço da dúvida para outras concepções de mundo, que almejam, tanto quanto almejamos, se não uma certeza, ao menos uma hipótese que traga algum consolo para a enormidade de dúvidas com as quais o pensamento nos presenteia após um breve tempo de especulação sobre o mundo.

Levando a finitude do domínio da razão humana ao limite, Voltaire, do seu modo muito peculiar, utiliza-se de uma metáfora para explicitar o absurdo de tão drásticas consequências em análises de questões que, no todo do mundo, são tão ínfimas que a tolerância se impõe como arma contra o ridículo dessa intolerância fanática: *“E mais evidente ainda é que devemos tolerar-nos mutuamente porque somos to-*

dos fracos, inseqüentes, sujeitos à mutabilidade e ao erro. Um caniço que o vento verga sobre a lama deverá dizer a outro caniço vergado em sentido contrário: 'rasteja à minha maneira miserável ou apresento queixa de ti para que te arranquem e te queimem!?'".¹¹ Assim, a tolerância aparecia como o assumir dessa condição humana frágil, incapaz de estar perto da Verdade e por isso mesmo levada a uma situação patética ao desconsiderar qualquer outra "possibilidade de verdade" diferente, mas tão imprecisa ou duvidosa quanto qualquer outra.

Podemos entender como se desenha, finalmente, o conceito de tolerância nas obras de Voltaire: é a partir do espírito geometrizar, e não simplesmente do espírito geométrico de Descartes e dos racionalistas do século XVII, que surge a necessidade de contestação de um universal estabelecido pela Igreja Católica, ou seja, que partia de um único particular e pretendia-se inquestionável. Depois de desabado esse "edifício antigo" é preciso construir um outro que o substitua: uma consciência universal, ampla, reguladora das diversas consciências particulares que se mostram no mundo. Essa consciência universal não é estabelecida dogmaticamente, e muito menos descendentemente, do universal aos particulares, que devem obedecer uma lei, seja de racionalidade seja unicamente de coerência. O empreendimento voltairiano propõe um universal que seja criado, contrariamente, como encontro desses particulares, que seja construído com os tijolos da pluralidade das visões de mundo, um universal que seja, enfim, resultado direto da aceitação de outros modos de vida.

Mas pensemos a partir daqui, quais são as possibilidades de se tornar concebível, mesmo com a destruição dos antigos dogmas e essa "transgressão moral" que a acompanha, uma tolerância "terrena" que conteste a autoridade divina da Igreja e, no entanto que assegure a moralidade dos povos, baseada nas doutrinas de direito natural. O próprio percurso do *Tratado da Tolerância* é desenhado com o intuito de responder a essas questões. Os primeiros capítulos do *Tratado* são dedicados a uma descrição, muito pouco imparcial, do processo de julgamento, tortura e execução de Jean Calas, de modo que o caso sirva de instrumento de reflexão da sociedade acerca dos abusos do fanatismo e da idolatria: *"Talvez um quadro resumido e fiel de tantas calamidades abra os olhos de algumas pessoas pouco instruídas e sensibilize os corações bem feitos."*¹² Depois disso a reflexão deixa um caso particular e passa a se preocupar com as conseqüências da aceitação da tolerância nos Estados aptos a isso. E os capítulos que se seguem se intitulam: "Se a tolerância é perigosa e em que povos ela é permitida" "Como a tolerância pode ser admitida" "Se a intolerância é de direito natural e de direito humano"...E conclui: *"O direito da intolerância é, pois, absurdo e bárbaro. É o direito dos tigres e é bem horrível que assim o seja, pois os tigres só se dilaceram para comer, e nós nos dilaceramos por causa de parágrafos"*.

Como se torna visível, há uma preocupação em desenvolver uma série de condições necessárias para que a adoção da tolerância seja, não propriamente nula para o Estado, mas justamente favorável ao crescimento da economia e da agricultura e, ainda, impulsionadora do avanço do conhecimento.¹³ *"Há pessoas que pretendem que a humanidade, a indulgência e a liberdade de consciência são coisas horríveis; mas, em boa fé, teriam elas produzido calamidades comparáveis? [às praticadas pela Liga que assassinou Henrique III e Henrique IV]."*¹⁴

O mecanismo de regulação assim, é o próprio Estado, que deve subordinar a Igreja ao seu poder e decidir apenas os limites de cada crença na sociedade. Dessa maneira a tolerância voltairiana não é apenas uma teoria mas vem inseparável de uma proposta concreta de aplicação na sociedade. Uma tolerância extremamente positiva, já que é fruto de uma investigação filosófica que considerou diversos casos históricos, apontando para uma evolução dos costumes e indicando, ainda, o Grande Século como o lugar de instauração dessa proposta; uma tolerância que não traga, nunca, nenhuma espécie de malefícios para a ordem civil, para o funcionamento do estado, porque diz respeito exclusivamente à crença de cada um, à liberdade do indivíduo. E assegurando a liberdade de culto e de crenças assegura-se a garantia de moralidade dos cidadãos.

Podemos notar, dessa maneira um valor positivo da tolerância primeiramente no pensamento filosófico – ela abre espaço para que outras opiniões acerca do mundo possam ser expostas, ouvidas sem preconceitos e avaliadas quanto à sua validade e veracidade, enquanto tentativas de explicação do mundo – e ainda na ação política, pela garantia de fé, de religiosidade do povo, que assegura cidadãos mais justos e mais honestos.

Notamos, assim, como o Estado não tem a temer desse sentimento pregado por Voltaire. A aceitação de outros paradigmas religiosos não significa uma diminuição do poder do rei junto aos súditos. Significa, pelo contrário, um aumento de seu poder na medida em que passa a abranger mais particulares sob sua proteção. A relação Estado-Igreja fica assim determinada: deve ocorrer não a simples dissociação de ambos papéis na sociedade, mas, principalmente, a subordinação da ordem religiosa à ordem civil. O Estado deve reger as relações religiosas, permitindo todo tipo de culto que não interfira na ordem civil, que não subjuguue outras formas de religiosidade e colabore para o desenvolvimento e manutenção da grande consciência universal, sem se auto-atribuir um valor maior que a de outras visões de mundo. *“Mas como! Cada cidadão só deverá acreditar em sua razão e pensar o que essa razão esclarecida ou enganada lhe ditar? Exatamente, contanto que ele não perturbe a ordem, pois não depende do homem acreditar ou não acreditar, mas depende dele respeitar os costumes da sua pátria.”*¹⁵

O pensamento é um agir: o “caso Calas”.

*“Fiz um pouco de bem, esta é a minha melhor obra.”*¹⁶

É a partir da constatação da extrema violência gerada pelos atos intolerantes no correr da história humana, que o empreendimento de Voltaire, uma conjugação entre pensamento e ação, passa a tomar forma: todas as medidas tomadas pelos governos europeus, principalmente pela França, se revelam de caráter extremamente ineficaz, tanto no sentido de convencimento daqueles que tem uma religião diferente da implantada e aceita no país, quanto no sentido de promover uma união das forças cristãs, que garantisse unicamente o funcionamento, as necessidades administrativas do Estado. Procedimentos como as Dragonadas, ou o massacre de São Bartolomeu em 1572, perseguições dos católicos contra os protestantes apoiadas pelos governantes, não só não funcionam como passam a aterrorizar todos aqueles que buscam uma sociedade mais esclarecida, mais conforme à



da paz, do conhecimento e da felicidade.

BIBLIOGRAFIA

- HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. 1.ed. Lisboa, Portugal. Cosmos. 1948. Original francês.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. 2.ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp.1994. Original alemão.
- LEPAPE, Pierre. *Voltaire: Nascimento dos intelectuais no século das Luzes*. 1.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1995. Original francês.
- NASCIMENTO, Maria das Graças do. *Voltaire: A razão militante*. 2.ed. São Paulo. Moderna. 1993.
- LOCKE, John. *Carta a respeito da tolerância*. 1.ed. São Paulo. Ibrasa. 1964
- VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância*. 1.ed. São Paulo. Martins Fontes 1993. Original francês.
- VOLTAIRE. *Tratado de metafísica*. Trad. Marilena de Souza Chauí Berlinck. 1.ed. São Paulo. Abril Cultural. 1973. Col. Os Pensadores, v.XXIII. Original francês.
- VOLTAIRE. *Cartas inglesas ou cartas filosóficas*. Trad. Marilena de Souza Chauí Berlinck. 1. ed. São Paulo. Abril Cultural. 1973. Col. Os Pensadores, v. XXIII. Original francês.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. 1.ed. São Paulo. Abril Cultural. 1973. Col. Os Pensadores, v. XXIII. Original francês.
- VOLTAIRE. *Contos*. Trad. Mário Quintana. 1.ed. Abril Cultural. 1972. Col. Os imortais da literatura universal. v.40.

NOTAS

1. Voltaire. *Questões sobre a Enciclopédia*. In *Contos*. p. 102
2. A discussão é provocada pela indignação do egípcio, que não entende a negativa dos comerciantes a comprar “o melhor artigo do mundo” – o corpo de sua tia, mumificado por cem mil onças de ouro.
3. Voltaire. *Zadig ou o destino – história oriental*. p.45-6.
4. E alerta para certo risco da utilização desse termo anacrônico, que aqui designa unicamente, a defesa de uma pluralidade de visões de mundo.
5. Voltaire. *Filósofo Ignorante*.
6. O caso Calas será tratado mais pormenorizadamente na próxima seção desse trabalho.
- 7 Referência à divisão voltairiana da História Universal em quatro grandes séculos: a Grécia de Felipe e Alexandre, Roma de César e Augusto, o século dos Médicis na Itália e, finalmente, o século de Luís XIV.
8. Voltaire. *Le siècle de Louis XIV*. p.12.
9. Voltaire. *Tratado sobre a tolerância*. p. 35.
10. Voltaire. *Dicionário Filosófico*. Verbete: Tolerância.p.296.

11. Voltaire. *Dicionário Filosófico*. Verbete: Tolerância. p.299.
12. Voltaire. *Tratado sobre a Tolerância*.p.17.
13. O método utilizado por Voltaire para o exame dessas questões é a consideração de exemplos históricos de nações que adotaram ou deixaram de adotar a tolerância religiosa como política nas relações sociais, pesando os efeitos positivos, no primeiro caso China, Japão, Inglaterra, por exemplo, além da Índia, Pérsia e Tartária, onde “Pedro, o Grande, favoreceu todos os cultos em seu vasto império e o comércio e a agricultura ganharam com isso, e o corpo político nunca foi prejudicado” (*Tratado da tolerância* p.28) – e negativas no segundo Itália e interior da França, principalmente: “Ó meus irmãos jesuítas, não fostes tolerantes, e não o são para convosco. Consolai-vos. Outros, por sua vez, tornar-se-ão perseguidores, e serão, por sua vez, execrados” (Pot-pourri in *Contos*).
14. Voltaire. *Tratado sobre a tolerância*. p.22.
15. Voltaire. *Tratado sobre a tolerância*. p. 67
16. Voltaire. *Epître à Horace*. Tomo X. p. 443.
17. Voltaire. *Tratado sobre a tolerância*. p. 6.
18. Voltaire. *Tratado sobre a tolerância*. p.149.